BOLETIM

# P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS - Julho-Agosto-Setembro de 2010 - ISSN 2175-9103 Nº48

**Boletim Número 48**
**Data: Julho-Agosto-Setembro/2010**

## EDITORIAL

O quadragésimo oitavo número do Boletim PROEALC chega ao público trazendo em destaque uma matéria sobre a história do Programa de Estudos de América Latina e Caribe na construção e organização do **Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje** (que hoje está na sua 3ª edição) e do **Primeiro Encontro Nacional Interedisciplinar de Direitos Humanos e Sociedade Civil**, em parceria com a Universidad de La República de Montevidéu/Uruguai, local em que acontecerão os eventos. A realização do III Seminário Internacional no Uruguai ratifica a centralidade da temática na região latino-americana, em especial nos países citados que vivenciaram situações de aviltamento dos direitos humanos nas respectivas ditaduras militares.

Dentre os temas que compõem as matérias da presente edição, o leitor encontrará um texto curioso de Ariel Dorfman sobre a questão dos trabalhadores que foram soterrados na indústria mineradora chilena, cuja abordagem vai para além da perplexidade sobre o fato deles ainda estarem vivos, enfoque que tem pautado a maioria da mídia, para analisar o sentido da exploração mineradora na constituição desse país desde a colonização do mesmo. Além da entrevista de Gabriel Bernardo (Coordenador do MST/RJ) sobre a concentração fundiária no Estado do Rio de Janeiro, e a importância da campanha pelo Limite da Propriedade de Terra neste estado.

Apresentamos também a análise do professor Atílio Borón sobre a tentativa recente de golpe no Equador, enfatizando que as raízes do golpismo na região estão relacionadas tanto com as especificidades destas sociedades, quanto com à política externa americana. Texto crítico de Wálter Maierovitch sobre a “guerra das drogas” no México, abordando em especial a polêmica questão da descriminalização/legalização como estratégia de combate ao comércio ilegal de drogas no país.

A coluna espaço aberto traz um artigo sobre as eleições 2010 no Brasil, enfatizando o significado da candidatura dos três candidatos mais representativos nas pesquisas de opinião, a saber: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Lembrando que na próxima edição do Boletim daremos continuidade ao tema, com a análise do resultado das urnas.

Por fim, apresentamos a agenda do trimestre e os lançamentos de títulos sobre temas pertinentes à realidade latino-americana. Esperamos que todos façam uma boa leitura e que contribuam conosco, retornando suas impressões e nos ajudando a divulgar este espaço.

***Andreia Carvalho***
***Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro***
***Servidora Técnico-Administrativa – PROEALC/CCS/UERJ***

## *Destaque*

# III Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza
# Primeiro Encontro Nacional Interdisciplinar de Direitos Humanos e Sociedade Civil

***Felipe Jasbick Tonack****

Mais do que uma proposta interdisciplinar de estudos, o Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC) possui um caráter transdisciplinar, ou seja, o compromisso de não só de avançar nos estudos sobre os Direitos Humanos na América Latina como ir além dos discursos circunscritos das diversas ciências humanas, ocupando os vários espaços da academia e oferecendo respostas viáveis aos fenômenos da atualidade em toda sua complexidade, num debate amplo que reconhece a identidade-consciência de classe sendo crítica a fragmentação, fundamental à luta pelos direitos humanos nesse tempo de barbárie e supressão de direitos. Em paralelo a sua proposta científica, o PROEALC possui uma dimensão política comprometida com uma práxis que anseia conjugar a produção do conhecimento com a sua difusão, conjugando a dimensão da produção do conhecimento com uma postura militante em torno da defesa intransigente dos Direitos Humanos.

Com isso em mente,

> "objetivando estabelecer o intercâmbio sobre a produção acadêmica desenvolvida na área de Direitos Humanos, o PROEALC, na pessoa de sua coordenadora Profa. Dra. Silene de Moraes Freire, iniciou, no ano de 2004, uma série de encontros que resultaram em Simpósios internacionais sobre o tema. Assim surgiu o interesse em realizar o I SEMINÁRIO INTERNACIONAL sobre DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA NA AMÉRICA LATINA, que ocorreu em 2006 (...) O I Seminário reuniu especialistas latino-americanos vinculados às Instituições de Ensino Superior e a Programas de pesquisa nas áreas das ciências sociais, das ciências humanas e de relações internacionais. Contou com a presença de referências intelectuais do Brasil e de outros países latino-americanos além de representantes de órgãos oficiais do governo federal brasileiro. Estiveram presentes, também, representantes de organizações não governamentais e de movimentos sociais ligados à causa dos direitos humanos" 1.

O II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, ocorreu em 2008, no campus Maracanã - UERJ. Novamente organizado pela coordenação do PROEALC . "Inscreveram-se no II Seminário dentre participantes credenciados e não-credenciados, estudantes de graduação a pós-graduados, além de profissionais de vários setores. Tal perfil evidenciou a excelência acadêmica do evento, com a efetiva participação de representantes de diversas instituições de ensino superior"2.

1 FREIRE, Silene de Moraes Freire. Relatório Técnico-científico do I Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, Rio de Janeiro, PROEALC/CCS/UERJ. Apresentado à Petrobrás em dezembro de 2006.
2 FREIRE, Silene de Moraes Freire. Relatório Técnico-científico do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, Rio de Janeiro, PROEALC/CCS/UERJ. Apresentado à Petrobrás em dezembro de 2008.

Na sua nova edição, o PROEALC em parceria com a Universidad de La República Uruguay irá promover o **Primeiro Encontro Nacional Interdisciplinar de Direitos Humanos e Sociedade Civil** do Uruguai conjuntamente com o **III Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza** (Primer Encuentro Nacional Interdisciplinario de Derechos Humanos y Sociedad Civil y III Seminario Internacional de Derechos Humanos, Violencia y Pobreza) a ser realizado entre os dias 24 e 26 de novembro de 2010, em Montevidéu.

Será a primeira vez que o Seminário transporá os muros da UERJ e a Universidad de La República Uruguay irá recepcionar o evento. Ficando assim evidenciado: 1- O caráter internacional do evento, que realizado a cada dois anos deverá alternar-se entre sua primeira sede, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e outra universidade dentre os países da comunidade latino-americana. 2- Estreitamento das relações entre os países do Cone-sul, que possuem uma trajetória político-ideológica semelhante, marcada por ditaduras e pelo desrespeito a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos delineado ainda no século XX pela Organização das Nações Unidas. 3- Assim como o tema dos Direitos Humanos merece tratamento transdisciplinar, seu debate extrapola a circunscrições geográficas, devendo ser o assunto tratado em cooperação com a comunidade internacional.

Tão próximo e tão distante ao mesmo tempo, o Uruguai é um país que mesmo compartilhando fronteiras com o Brasil, pouco se sabe sobre sua cultura e sua história. Com sua trajetória política também profundamente marcada pela crise econômica e pela ditadura que se instaurou contra o povo de 1973 a 1985 (chegando a marca de cinco mil presos políticos, incluindo gestantes e crianças) a realização do **Primeiro Encontro Nacional de Direitos Humanos** e o do **III Seminário Internacional de Direitos Humanos Violência e Pobreza** aponta como marco de acerto de contas da esquerda que assumiu o poder em resposta a barbárie da ditadura civil-militar.

Sendo a única universidade pública do Uruguai, com o compromisso de excelência acadêmica e por se caracterizar como arena aberta ao debate científico, não haveria melhor instituição do que o a Universidad de La República para a realização do evento.

Nessa terceira edição procura-se deixar clara a importância e o caráter multidimensional da produção acadêmica em torno da temática dos Direitos Humanos na América Latina. Com o objetivo de resgatar reflexões críticas acerca do assunto, a proposta desse encontro ambiciona a construção de ferramentas analíticas para pensar alternativas de abordagem a situações de vulnerabilidade social e a criação de mecanismos de afirmação política dos Direitos Humanos.

O caráter interdisciplinar e a proposta nacional/internacional desse encontro/seminário demandarão esforços de coordenação e gestão assim como a conjugação de diversos setores, promovendo não só o diálogo entre as diversas ciências humanas como também o intercâmbio de conhecimentos entre as instituições educacionais dos dois países, arquitetando-se assim uma ampla rede de atores sociais que vão desde as de caráter acadêmico como as de organização da sociedade civil.

**** Felipe Jasbick Tonack é graduando em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Extensão do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).***

## *Em Foco I*

# Chile: o verdadeiro milagre dos milagres

***Ariel Dorfman****



O escritor chileno Ariel Dorfman contextualiza o desastre na mina San José: a secular exploração dos mineiros, a sabedoria organizativa passada de geração em geração. E pede o milagre de que as coisas mudem em seu país. "O mundo maravilhou-se com a maneira pela qual os trinta e três mineiros confinados debaixo da terra de San José se organizaram em turnos, criaram uma hierarquia de mando e elaboraram um plano de sobrevivência usando os talentos e recursos acumulados ao longo de uma vida de trabalho tenaz. Eu confesso, em troca, não sentir surpresa alguma. É assim que os trabalhadores chilenos sempre resistiram e sobreviveram aos desafios mais formidáveis".

Uma vida inteira. Creio que os trinta e três mineiros sepultados nas profundidades da mina San José,no Chile, prepararam-se durante toda sua vida para enfrentar o desafio de ficar vários meses debaixo da terra. Ou talvez possa me aventurar a dizer que essa é uma batalha que vêm travando desde antes mesmo de nascer.

A epopéia de homens que descem às trevas da montanha, separam minerais em meio à escuridão e sofrem um acidente que os deixa a mercê daquela escuridão é parte do DNA do Chile, uma parte integral da história do meu país. Foi uma das primeiras coisas que aprendi sobre o Chile, quando cheguei a Santiago, em 1954, aos doze anos de idade.

Abram seus livros até encontrar “El Chiflón del Diablo” – nos pediu um professor de espanhol. Um conto de Baldomero Lillo, publicado em 1904.

Era um relato de uma catástrofe semelhante a esta que, muitas décadas mais tarde, no dia 6 de agosto de 2010, afetaria os mineiros de San José. Ali se encontra uma tragédia que iria se repetir interminavelmente, como a terra devora aqueles que se atrevem a mergulhar em suas entranhas, uma exploração da miséria que, como tantos outros contos clássicos escritor por Baldomero Lillo no início do século XX, todo estudante chileno deve estudar. É claro que aqueles trinta e três mineiros não sabiam quando leram “El Chiflón del Diablo” no colégio que algum dia teriam que viver esse terror na realidade de suas vidas e não na literatura. Não podiam adivinhar que, mais de cem anos depois de Baldomero Lillo imaginar essa ficção, as precárias condições da vida mineira, a exploração humana, os riscos para os trabalhadores, seguiriam essencialmente inalterados.

**A mineração forjou o Chile**

Os conquistadores que fundaram as primeiras cidades cruzaram desertos alarmantes e vales proibidos em busca de ouro. Depois passou a se apreciar o valor de outros minérios: o ferro, que era fundido em altos fornos, o cobre que ainda hoje é o principal produto de exportação do Chile, e o carvão do Sul, sobre o qual Lillo escreveu e que foi crucial para os barcos que aportavam para se reabastecer a caminho de uma Flórida presa à febre do ouro. De fato, muitas das técnicas utilizadas na Califórnia, a partir de 1849, deveram-se a chilenos que nasceram e se criaram em Copiapó, perto de onde hoje se encontra a mina San José. Milhares e milhares deles partiram aos Estados Unidos com a repentina ilusão de enriquecer.

Mas, de todos os minerais, foi o salitre que, acima de todos os outros, criou o Chile da modernidade. Essas extensões de crosta salina no Atacama, o deserto mais seco do mundo, constituíam a base para o melhor fertilizante conhecido pelo homem e, além disso, serviam para fabricar explosivos. Centenas de pequenas cidades se levantaram nas planícies pedregosas do Pampa "salitrero" e milhões de toneladas foram enviadas a uma Europa atada a uma revolução industrial que necessitava desesperadamente aumentar sua produção agrícola. Algumas décadas mais tarde, como ocorre com tanta freqüência na América latina e outros lugares tristes do planeta – pensemos na borracha do Amazonas ou na prata de Potosí -, diminuiu a demanda de salitre e só restaram alguns povoados fantasmas, uma diáspora de casas raquíticas esparramadas pelo deserto, uma legião de vidas em ruínas.

O nitrato deixou algo mais do que desolação detrás de si. O mundo maravilhou-se com a maneira pela qual os trinta e três mineiros confinados debaixo da terra de San José se organizaram em turnos, criaram uma hierarquia de mando e elaboraram um plano de sobrevivência usando os talentos e recursos acumulados ao longo de uma vida de trabalho tenaz. Eu confesso, em troca, não sentir surpresa alguma. É assim que os trabalhadores chilenos sempre resistiram e sobreviveram aos desafios mais formidáveis. É o legado daqueles que extraíram o salitre em uma situação de solidão e pobreza, daqueles que, na época em que Baldomero Lillo escrevia sobre os tormentos dos mineiros, souberam estabelecer os primeiros sindicatos, os primeiros grupos de leitura, os primeiros jornais da classe operária. Essas lições de unidade, força e ordem e, sim, astúcia, foram passadas de pai para filho e neto: o que todo homem precisava saber para superar os desastres que o esperavam em um mundo sem misericórdia.

Por certo, uma sorte piedosa visitou os trinta e três mineiros neste dia de agosto, quando a montanha veio abaixo. Mas não foi a sorte que os manteve com vida. Dentro deles se encontrava o treinamento invisível, o alento de seus ancestrais, que se perpetuaram para murmurar-lhes o que deviam fazer para não morrer uma e outra vez na obscuridade. Houve um milagre em San José, mas por a ênfase tão somente na fortuna benigna é perder de vista o que pode ser talvez o significado mais recôndito do que ocorreu nesse lugar, e que segue ocorrendo, é deixar de lado as perguntas que verdadeiramente importam.

Como é possível que, mais de um século depois de os contos de Baldomero Lillo denunciarem as circunstâncias ferozes em que se trabalhava sob o solo, ainda persistam a mesma insegurança, os mesmos perigos? Quantos novos acidentes como este faltam ocorrer para que se legisle preventivamente e os mineiros possam tocar seu trabalho cotidiano sem arriscar suas vidas de uma forma indecorosa?

Esses trinta e três mineiros são agora heróis nacionais e internacionais, com todo o Chile, e uma boa parte do mundo, acompanhando seu progresso paulatino rumo à luz do dia. Devido a uma dessas coincidências que a história nos oferece de vez em quando, esses homens ficaram presos no preciso momento em que as últimas estatísticas demonstraram, para nossa vergonha, que a pobreza no Chile aumentou drasticamente pela primeira vez desde que Pinochet deixou de ser o ditador do país.

É demasiado sonhar que as tribulações desses homens perturbarão a consciência do Chile, que ajudarão a criar um país onde, dentro de cem anos, os relatos de Baldomero Lillo e a história dos trinta e três mineiros de San José serão coisa do passado, uma relíquia, algo lendário mas já não rotineiro?

Isso sim é que seria um milagre.

***Ariel Dorfman é o autor da novela "Americanos: Los Pasos de Murieta" e do livro "Memorias del Desierto", que explora a vida dos mineiros do norte do Chile.***

***Tradução: Katarina Peixoto (Envolverde/Carta Maior )***
***Fonte: http://www.envolverde.com.br/?materia=80494#***
***Consulta em 6 de setembro de 2010.***

## *Em Foco II*

# Um recorte da concentração fundiária no Estado do Rio de Janeiro

Entrevista com Marcelo Durão (Coordenador do MST no Rio de Janeiro) sobre o lançamento do plebiscito da terra no Rio de Janeiro

***Gabriel Bernardo***

Em entrevista concedida ao *Fazendo Media*, o coordenador do Movimento dos Sem Terra (MST) no Rio de Janeiro, Marcelo Durão, fala sobre a Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra no estado do Rio, e do Plebiscito Popular, que será de 1 a 7 de setembro. Durão também aponta as práticas de trabalho escravo que existem no Rio de Janeiro.

**Como começou a quem apóia a Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra?**

Na verdade esta Campanha começou em 2000, pela resolução do Fórum Nacional de Reforma Agrária (FNRA) que é composto por diversas entidades. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as pastorais da Igreja, a própria Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que vieram para fortalecer a proposta do nosso modelo de reforma agrária a fim de mostrar a dificuldade que o Brasil tem de desapropriar terra.

Em 2001 a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra surge como um abaixo assinado, e em 2010 foi lançado o plebiscito que será entre os dias 1 e 7 de setembro de 2010, na semana do grito dos excluídos. Assim como foram os outros plebiscitos que nós já fizemos, como o da ALCA em 2002, da Dívida Externa em 2000, e o da Vale.

O importante do Plebiscito é estimular o debate com a sociedade brasileira. É importante frisar que a reforma agrária não é nenhuma proposta socialista, pois ela cabe perfeitamente dentro do modelo capitalista. O Brasil precisa ter um limite no tamanho das propriedades de terra, seguindo os diversos modelos que outros países têm. Isso proporciona um aumento no número de fazendas e áreas para fins de reforma agrária.

**Qual objetivo do Plebiscito e como funcionam os comitês?**

Transformar a Campanha em Projeto de Lei. Temos diversos comitês por região, em diversos estados. No Rio, por exemplo, temos comitês no bairro de Campo Grande, no Centro da cidade, e outros pelo meio urbano, e esta demanda se dá por entidades que podem assumir comitês em várias urnas. Existe um comitê no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro ( UFRJ).

Os comitês têm a função de acompanhar o debate sobre a reforma agrária e as questões que o envolvem como, por exemplo, a produção de elementos saudáveis, como solucionar os conflitos no campo e da superpopulação nas grandes cidades. Com isso levantamos a reflexão da possibilidade, para que mais pessoas retornem ao campo e exista mais terras passíveis à reforma agrária. Outro ponto importante é que estes comitês também têm a liberdade de decidir quantas urnas pode ter.

***Fonte: http://www.fazendomedia.com/um-recorte-da-concentracao-fundiaria-no-estado-do-rio-de-janeiro Consulta em 15 de agosto de 2010.***

## *Em Foco III*

# Ecuador: nota sobre el frustrado golpe de estado

*Atilio Boron**

### 1. ¿Qué pasó ayer en Ecuador?

Hubo una tentativa de golpe de estado. No fue, como dijeron varios medios en América Latina, una "crisis institucional", como si lo ocurrido hubiera sido un conflicto de jurisdicciones entre el Ejecutivo y el Legislativo sino una abierta insurrección de una rama del primero, la Policía Nacional, cuyos efectivos constituyen un pequeño ejército de 40.000 hombres, en contra del Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas del Ecuador, que no es otro que su presidente legítimamente electo. Tampoco fue lo que dijo Arturo Valenzuela, Subsecretario de Estado de Asuntos Interamericanos, "un acto de indisciplina policial". ¿Caracterizaría de ese modo lo ocurrido si el equivalente de la Policía Nacional del Ecuador en EEUU hubiera vapuleado y agredido físicamente a Barack Obama, lesionándolo; lo hubiera secuestrado y mantenido en reclusión durante 12 horas en un hospital policial hasta que un comando especial del Ejército lo liberaba luego de un intenso tiroteo? Seguramente que no, pero como se trata de un mandatario latinoamericano lo que allá suena como intolerable aberración aquí aparece como una travesura de escolares.

En general todos los oligopolios mediáticos ofrecieron una versión distorsionada de lo ocurrido el día de ayer, evitando cuidadosamente hablar de tentativa de golpe de estado. En lugar de eso se referían a una "sublevación policial" lo cual, a todas luces, convierte los acontecimientos del Jueves en una anécdota relativamente insignificante. Es un viejo ardid de la derecha, siempre interesada en restar importancia a las tropelías que cometen sus partidarios y a magnificar los errores o problemas de sus adversarios. Por eso viene bien recordar las palabras pronunciadas este Viernes, en horas de la mañana, por el presidente Rafael Correa cuando caracterizó lo ocurrido como "conspiración" para perpetrar un "golpe de estado". Conspiración porque, como fue más que evidente en el día de ayer, hubo otros actores que manifestaron su apoyo al golpe en gestación : ¿no fueron acaso efectivos de la Fuerza Aérea Ecuatoriana –y no de la Policía Nacional- los que se paralizaron al Aeropuerto Internacional de Quito y el pequeño aeródromo utilizado para vuelos provinciales? ¿Y no hubo grupos políticos que salieron a apoyar a los golpistas en calles y plazas? ¿No fue el propio abogado del ex presidente Lucio Gutiérrez uno de los energúmenos que trató de entrar por la fuerza a las instalaciones de la Televisión Nacional del Ecuador? ¿No dijo acaso el Alcalde de Guayaquil, y gran rival del presidente Correa, Jaime Nebot, que se trataba de un conflicto de poderes entre un personaje autoritario y despótico, Correa, y un sector de la policía, equivocado en su metodología pero a quien le asistía la razón en sus reclamos? Esta falsa equidistancia entre las partes en conflicto era una indirecta confesión de su complacencia ante los acontecimientos en curso y de su íntimo deseo de librarse de su -hasta ahora al menos- inexpugnable enemigo político. Para ni hablar de la lamentable involución del movimiento “indígena” Pachakutik, que en medio de la crisis hizo pública su convocatoria al “movimiento indígena, movimientos sociales, organizaciones políticas democráticas, a constituir un solo frente nacional para exigir la salida del Presidente Correa.” ¡Sorpresas te da la vida”, decía Pedro Navaja; pero no hay tal sorpresa cuando uno toma nota de los generosos aportes que la USAID y el National Endowment for Democracy han venido haciendo en los últimos años para “empoderar” a la ciudadanía ecuatoriana a través de sus partidos y movimientos sociales.

Conclusión: no fue un pequeño grupo aislado dentro de la policía quien intentó dar el golpe sino un conjunto de actores sociales y políticos al servicio de la oligarquía local y el imperialismo, que jamás le va a perdonar a Correa haber ordenado el desalojo de la base que Estados Unidos tenía en Manta, la auditoría de la deuda externa del Ecuador y su incorporación al ALBA, entre muchas otras causas. Incidentalmente, la policía ecuatoriana hace ya muchos años que, al igual que otras de la región, viene siendo instruida y adiestrada por su contraparte estadounidense. ¿Habrán incluido alguna clase de educación cívica, o sobre la necesaria subordinación de las fuerzas armadas y policiales al poder civil? No parece. Más bien, actualiza la necesidad de poner fin, sin más dilaciones, a la "cooperación" entre las fuerzas de seguridad de la mayoría de los países latinoamericanos y las de Estados Unidos. Ya se sabe que es lo que enseñan en esos cursos.

**2. ¿Por qué fracasó el golpe de estado?**

Básicamente por tres razones: en primer lugar, por la rápida y efectiva movilización de amplios sectores de la población ecuatoriana que, pese al peligro que existía, salió a ocupar calles y plazas para manifestar su apoyo al presidente Correa. Ocurrió lo que siempre debe ocurrir en casos como estos: la defensa del orden constitucional es efectiva en la medida en que es asumida directamente por el pueblo, actuando como protagonista y no como simple espectador de las luchas políticas de su tiempo. Sin esa presencia del pueblo en calles y plazas, cosa que había advertido Maquiavelo hace quinientos años, no hay república que resista los embates de los personeros del viejo orden. El entramado institucional por sí sólo es incapaz de garantizar la estabilidad del régimen democrático. Las fuerzas de la derecha son demasiado poderosas y dominan ese entramado desde hace siglos. Sólo la presencia activa, militante, del pueblo en las calles puede desbaratar los planes golpistas.

En segundo lugar, el golpe pudo ser detenido porque la movilización popular que se desarrolló con gran celeridad dentro del Ecuador fue acompañada por una rápida y contundente solidaridad internacional que se comenzó a efectivizar ni bien se tuvieron las primeras noticias del golpe y que, entre otras cosas, precipitó la muy oportuna convocatoria a una reunión urgente y extraordinaria de la UNASUR en Buenos Aires. El claro respaldo obtenido por Correa de los gobiernos sudamericanos y de varios europeos surtió efecto porque puso en evidencia que el futuro de los golpistas, en caso de que sus planes finalmente culminaran exitosamente, sería el ostracismo y el aislamiento político, económico e internacional. Se demostró, una vez más, que la UNASUR funciona y es eficaz, y la crisis pudo resolverse, como antes la de Bolivia, en 2008, sin la intervención de intereses ajenos a América del Sur.

Tercero, pero no último en importancia, por la valentía demostrada por el presidente Correa, que no dio brazo a torcer y que resistió a pie firme el acoso y la reclusión de que había sido objeto pese a que era más que evidente que su vida corría peligro y que, hasta último momento, cuando se retiraba del hospital, fue automóvil fue baleado con claras intenciones de poner fin a su vida. Correa demostró poseer el valor que se requiere para acometer con perspectivas de éxito las grandes empresas políticas. Si hubiese flaqueado, si se hubiera acobardado, o dejado entrever una voluntad de someterse al designio de sus captores otro habría sido el resultado. La combinación de estos tres factores: la movilización popular interna, la solidaridad internacional y la valentía del presidente terminó por producir el aislamiento de los sediciosos, debilitando su fuerza y facilitando la operación de rescate efectuada por el Ejército ecuatoriano.

**3. ¿Puede volver a ocurrir?**

Sí, porque los fundamentos del golpismo tienen profundas raíces en las sociedades latinoamericanas y en la política exterior de Estados Unidos hacia esta parte del mundo. Si se repasa la historia reciente de nuestros países se comprueba que las tentativas golpistas tuvieron lugar en Venezuela (2002), Bolivia (2008),

Honduras (2009) y Ecuador (2010), es decir, en cuatro países caracterizados por ser el hogar de significativos procesos de transformación económica y social y, además, por estar integrados a la ALBA. Ningún gobierno de derecha fue perturbado por el golpismo, cuyo signo político oligárquico e imperialista es inocultable. Por eso el campeón mundial de la violación a los derechos humanos -Álvaro Uribe, con sus miles de desaparecidos, sus fosas comunes, sus "falsos positivos"- jamás tuvo que preocuparse por insurrecciones militares en su contra durante los ocho años de su mandato. Y es poco probable que los otros gobiernos de derecha que hay en la región vayan a ser víctimas de una tentativa golpista en los próximos años. De las cuatro que hubo desde el 2002 tres fracasaron y sólo una, la perpetrada en Honduras en contra de Mel Zelaya, fue coronada exitosamente. El dato significativo es que su ejecución fue sorpresiva, en el medio de la noche, lo cual impidió que la noticia fuese conocida hasta la mañana siguiente y el pueblo tuviera tiempo de salir a ganar calles y plazas. Cuando lo hizo ya era tarde porque Zelaya había sido desterrado. Además, en este caso la respuesta internacional fue lenta y tibia, careciendo de la necesaria rapidez y contundencia que se puso de manifiesto en el caso ecuatoriano. Lección a extraer: la rapidez de la reacción democrática y popular es esencial para desactivar la secuencia de acciones y procesos del golpismo, que rara vez es otra cosa que un entrelazamiento de iniciativas que, a falta de obstáculos que se interpongan en su camino, se refuerzan recíprocamente. Si la respuesta popular no surge de inmediato el proceso se retroalimenta, y cuando se lo quiere parar ya es demasiado tarde. Y lo mismo cabe decir de la solidaridad internacional, que para ser efectiva tiene que ser inmediata e intransigente en su defensa del orden político imperante. Afortunadamente estas condiciones se dieron en el caso ecuatoriano, y por eso la tentativa golpista fracasó. Pero no hay que hacerse ilusiones: la oligarquía y el imperialismo volverán a intentar, tal vez por otras vías, derribar a los gobiernos que no se doblegan ante sus intereses.

**** Dr. Atilio A. Boron, director del Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales (PLED), Buenos Aires, Argentina www.centrocultural.coop/pled - http://www.atilioboron.com.***

***Fonte: http://alainet.org/active/41300***
***Consulta em 1º de outubro de 2010.***

## *Em Foco IV*

## A fracassada "guerra às drogas" mexicana

***Wálter Maierovitch****

O presidente Felipe Calderón, ao assumir a presidência do México (2006), entrou de cabeça, com apoio do governo George W. Bush, na estratégia da "war on drugs". Foi uma jogada política. Precisava legitimar o seu mandato. Isto diante de forte suspeita popular de ocorrência de fraude nas apurações eleitorais.

Como a violência provocada pelos cartéis mexicanos causava insegurança na população, Calderón, logo no primeiro dia de mandato, declarou "guerra às drogas". Bush garantiu a iniciativa e financiou o Plan Mérida, de fracasso absoluto: o Plan Mérida era uma cópia do Plan Colômbia, adaptado ao México.

Não demorou muito para os cidadãos mexicanos perceberam o engodo da política de militarização no combate às drogas. O Exército entrou no projeto. Está desmoralizado. A violência aumentou e os cartéis colombianos vencem a "guerra às drogas".

A situação piorou para Calderón. Na visita a Barack Obama e ao Japão, para recolher auxílio para continuar a "war on drugs", voltou com as mãos abanando. Obama e o czar de drogas da Casa Branca avisaram que a política de "war on drugs" fracassou, nos EUA e no México.

No dia 3 de agosto passado, e com o mundo a saber que a sua "war on drugs" mexicana resultou em 28 mil mortos (cerca de 70% de cadáveres de civis inocentes, sem qualquer ligação com drogas proibidas), Calderón falou em "disposição de iniciar um processo de discussão sobre a legalização das drogas".

Sem W. Bush a financiar a aventura chamada de "war on drugs", Calderón procura saídas. Até porque sabe que os cidadãos mexicanos, no começo do seu mandato favoráveis, já são contrários à "guerra às drogas"…

Uma das saídas de Calderón é abrir o debate, até para distrair os "eleitores". Só que não pode admitir que fracassou, até agora.

Calderón, na verdade, reabre a discussão sobre proposta feita pelo ex-presidente Vicente Fox, que, com relação às drogas, é um novo Fernando Henrique Cardoso da política oportunista latino-americana. Fox e FHC, nos seus mandatos, seguiram como sabujos a orientação norte-americana, criminalizante e militarizada.

No dia 09 de agosto passado, Calderón disse à radio Caracol que a legalização poderia "incrementar o consumo entre os jovens". Hoje, em coletiva, voltou ao tema: "Eu não sou favorável à legalização. Se alguém quiser fazer uma análise detida, precisará colocar na balança as vantagens e as desvantagens de uma escolha como essa (referência à legalização)".

Fox, o atual FHC mexicano, tem um plano para a legalização. Está no seu blog (http://blogvicentefox.blogspot.com/2010/08/drogadiccion-crimen-organizado-y.html).

Fox apresenta um projeto de legalização, produção, venda e distribuição de drogas. Sua meta é "bloquear o narcotráfico", pelos cartéis, evidentemente.

Enquanto Calderón descobre que o federalismo, com polícias estaduais sujeitas ao poder corruptor, representa um óbice para a efetiva repressão, a direita mexicana reage contra a legalização.

Calderón quer mudar as policias e criar um órgão coordenador de ações, entre as policias estaduais e a federal.

O chamado "Consejo Ciudadano para la Seguridad Publica y la Justicia Penal" e o "Movimiento Blanco" chamam a legalização de "cortina de fumaça". Uma cortina para esconder as causas principais da violência, que, para essas organizações não governamentais, seria a "perda do monopólio da força por parte do Estado".

**Pano rápido**

O ex-presidente mexicano Ernesto Zedilho está com Fernando Henrique pela legalização. Zedilho quebrou o México, mas sabe bem que a indústria das drogas ilícitas foi a única que enriqueceu na catastrófica presidência. Como FHC, Zedilho (que nem mais no México mora) era adepto da criminalização do usuário e da militarização no combate aos cartéis.

Evidentemente, criminalizar usuário é desumano. A questão é sócio-sanitária, de saúde pública. Não é uma questão criminal.

**** Walter Maierovitch é jurista e professor, foi desembargador no TJ-SP.***

***Fonte: http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-fracassada-%E2%80%9Cguerra-as-drogas%E2%80%9D-mexicana***
***Consulta em 17 de agosto de 2010.***

## *Espaço Aberto I*

# Eleições 2010: a escolha por trás do voto

***Priscila Pereira da Silva Alves****

No palco da disputa pela presidência da república, às vésperas das eleições, três candidatos se destacam no revezamento pelos holofotes, restando aos demais candidatos a função de figuração. Lula lançou Dilma Roussef como sua sucessora pelo Partido dos Trabalhadores (PT); a oposição apostou na candidatura de José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e Marina Silva lançou sua candidatura pelo Partido Verde (PV) após anunciar sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores.

Ao analisarmos os resultados das pesquisas realizadas desde o início do processo eleitoral, ainda em 2009, percebemos o caminho ascendente que a candidata petista tem trilhado, ultrapassando o candidato tucano que a princípio liderava as intenções de voto.

Apesar de sua fama internacional pela luta em defesa do meio ambiente, a candidata do PV não se configura ameaça real na disputa entre Serra e Dilma, mas as pesquisas têm demonstrado sua influência, sendo apontada por grande parte dos entrevistados como segunda opção de voto. Sua maior plataforma de candidatura é o projeto de "desenvolvimento sustentável", que por trás de sua aparente coerência encobre uma realidade controversa e abstrata. Projeto este, coerente sim com os interesses de direita, que reconhece os riscos do esgotamento dos recursos naturais, mas não aponta os processos e mecanismos que geram essa situação. Há sim uma tendência de supervalorização e cobrança de mudanças de hábitos da população, a busca pela formação de uma "consciência ecológica" na formação de uma sociedade "sustentável". Porém não percebemos em seu discurso a crítica ao modo de produção capitalista e seu modelo de consumo, que pressiona ferozmente a exploração dos recursos naturais para viabilizar a eterna necessidade de expansão da produção de mercadorias para "saciar" sua avidez pelo consumo e pelo lucro.

Em jogo nessas eleições está a disputa política entre aqueles que apóiam as conquistas do governo Lula e seus oposicionistas; e a disputa econômica entre os que defendem a postura do Brasil como protagonista de seu desenvolvimento e os que ainda defendem a postulação de esvaziamento do Estado. As propostas de governo de Dilma têm a credibilidade e garantia herdadas do governo Lula; as propostas de Serra estão enraizadas nas bases do governo de Fernando Henrique, símbolo do que há de mais conservador nas direitas latino-americanas. Enquanto o candidato tucano José Serra propõe a retomada de um Estado fiscalizador e privatizador, Dilma Roussef se compromete com a manutenção do Estado investidor do mandato de Lula.

O governo Lula apresentou a possibilidade de um modelo de desenvolvimento socioeconômico que, tendo o Estado como indutor do crescimento econômico, foi bem sucedido ao começar o longo caminho de redução das desigualdades sociais. Esse movimento não se restringiu ao Brasil, se alastrando pela América Latina uma onda de ascensão de governos de esquerda, que tem na busca pela consolidação da soberania nacional seu princípio fundamental, privilegiando a integração regional e criando um novo paradigma na ordem mundial. Essas transformações econômicas, políticas e sociais criam esperanças para a possibilidade de construção de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável a longo prazo, baseado na ampliação da participação popular e da democracia.

Faz-se importante apontar o caráter plebiscitário que essas eleições assumem, provocando um esvaziamento do debate político e da possibilidade de construção de outros projetos societários. Não há um debate político nacional, não há a busca pelo convencimento do público. Baseado nessa percepção, o próprio candidato José Serra intentou transmitir a imagem de melhor "continuador" do governo Lula no início de sua campanha, porém suas intenções se frustaram quando Dilma passou a absorver os votos por ser a candidata do

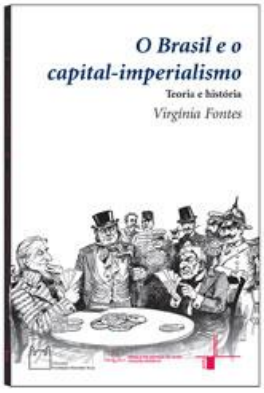
presidente. A partir daí a campanha eleitoral passou a girar em torno de denúncias e acusações, amplamente alimentadas pela velha imprensa e pelas elites tradicionais.

O Brasil ainda sofre com a acumulação de desigualdades, carência e miséria, herdadas desde o período colonial e agravadas com a implementação do modelo neoliberal. Faz-se mister um Estado centrado na esfera pública e na afirmação dos direitos de seus cidadãos, comprometido com a continuidade e aprofundamento das políticas sociais. É necessário o reconhecimento e conscientização da importância do processo eleitoral em curso, não se tratando simplesmente de um revezamento de cargo.

O povo brasileiro tem diante de si uma escolha que transcende a decisão a respeito do próximo presidente. Iremos escolher o projeto nacional e a projeção internacional que o país irá assumir nos próximos quatro anos. Devemos escolher entre retroceder ao modelo neoliberal, marcado pelo Estado mínimo, forte domínio das políticas de mercado e à subordinação aos EUA; ou dar continuidade ao projeto de superação do Estado neoliberal, criando e fortalecendo novas alianças e parcerias, principalmente na América Latina, promovendo a integração e desenvolvimento regional, priorizando a esfera social e a ampliação do processo de democratização.

**** Priscila Pereira S. Alves é graduanda em Ciências Sociais pela UERJ e em Relações Internacionais pela UNESA. Bolsista de Estágio Interno Complementar do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).***

## *Livros/Lançamentos*




**O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**
*Virgínia Fontes*
EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ/2010

A obra, que faz parte da Coleção Pensamento Crítico, da Editora UFRJ, propõe um retorno aos clássicos para compreender o papel desempenhado pelo Brasil nas formas contemporâneas do imperialismo capitalista. Ancorada num referencial marxista, Virgínia revisita e atualiza o trabalho de Lenin sobre imperialismo e recorre a Gramsci para entender, entre outras coisas, a sociedade civil brasileira. As condições de luta de classe no Brasil contemporâneo e o aprofundamento das relações capitalistas brasileiras, que aconteceu sobre um pano de fundo de expropriações intensificadas, também são um pano de fundo do livro.




**A atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**
*István Mészáros*
Boitempo editorial, 2010

Em 'Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar', István Mészáros propõe um enfrentamento aos problemas da 'política democrática' como forma de responder à indagação - o que continua errado no que se refere às expectativas socialistas? Mészáros aponta para a necessidade de uma crítica da concepção que vê na disputa dentro do sistema parlamentar um cenário

de construção de transformações sociais. O autor propõe que a alternativa necessária a esse sistema estaria ligada à 'questão da verdadeira participação'.

## *Agenda Acadêmica*

*** Curso Regional sobre Política Latino-americana**

Data: 20 de setembro a 12 de novembro
Entidade Promotora: FLACSO/Brasil e UERJ
Inscrições: http://cursoregional.flacso.org.br/proposta_geral_do_curso.htm

O Curso Regional sobre Política Latino-americana será realizado simultaneamente em todas as unidades acadêmicas da FLACSO, contando com coordenações nacionais responsáveis pelas aulas presenciais. Parte de seu conteúdo será ministrado à distância por uma equipe de docentes internacionais. Seu objetivo principal é permitir uma aproximação crítica à análise e à compreensão das dimensões e tendências que caracterizam a política latino-americana contemporânea.

*** Simpósio: DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS SOCIAIS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA (UERJ)**

Data: 20 a 24 de setembro
Local: Maracanã/UERJ - RJ
Entidade Promotora: PROEALC/CCS/UERJ e UGF
Inscrições: www.nucleasuerj. com.br

O Simpósio faz parte do II Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, que se realizará na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Campus Maracanã, no período de 20 a 24 de setembro de 2010.

*** IV Seminário Seguridade Social, Justiça Social e Cidadania: Questões de Acesso**

Data: 22 e 23 de setembro / Horário: 18 horas
Local do Evento: Auditório da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Av.Venezuela, 134, bl B, 10º andar
Praça Mauá - RJ
Entidade Promotora: Justiça Federal do Rio de Janeiro/ Universidade Federal Fluminense
Inscrições no local – Gratuita / Maiores Informações: www.jfrj.jus.br

O Seminário é fruto de uma parceria do Serviço Social/SAPJE com o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social da UFF. É aberto ao público e anualmente reúne magistrados, profissionais e acadêmicos para debaterem as questões que permeiam a Seguridade Social.

*** Seminário Internacional: Gramsci e os movimentos populares**

Data: 13, 14, 15 e 16 de setembro
Local: Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ
Custo: R$10,00 para quem não for apresentar trabalho
Maiores Informações: http://www.nufipeuf f.org/

## Expediente

***Reitor***
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
***Vice-reitora***
Profª Maria Christina Paixão Maioli
***Sub-reitora de Graduação***
Profª Lená Medeiros de Menezes
***Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa***
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
***Sub-reitora de Extensão e Cultura***
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
***Diretor do Centro de Ciências Sociais***
Prof. Domenico Mandarino
***Coordenadora do PROEALC***
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
***Editora Responsável***
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

***Assistente Editorial***
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
***Coordenação de Produção***
Andréia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
***Colaboradores***
Felipe Jasbick Tonack (PROEALC/CCS/UERJ)
Priscila Pereira da Silva Alves (PROEALC/CCS/UERJ)
***Projeto Gráfico***
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
***Diagramação***
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
***Assessoria de Informática***
Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)
***Revisão***
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.